

À beira do abismo: Trump, Irã e a lógica da escalada

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026

Trump escala sua retórica até o limite máximo. A ameaça, feita hoje, ao dizer que “uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada”, caso os iranianos não cedam às exigências norte americanas até as 20h de hoje (21 horas de Brasília), se soma à feita no domingo de Páscoa: “abram a porra do Estreito, seus bastardos loucos, ou vocês vão viver no inferno” e a muitas outras, em diversas entrevistas, no mesmo tom.

A retórica de Trump é sem precedentes para um líder global, ainda mais para o chefe do governo dos Estados Unidos. Tentar explicar sua conduta é um desafio, mas a Teoria dos jogos pode ser de alguma ajuda na tentativa de se compreender a estratégia do presidente norte-americano.

Um conceito importante aqui é o “brinkmanship”. Nela, um ator deliberadamente aumenta o risco de um resultado catastrófico para forçar o adversário a ceder. A ideia central é transformar uma ideia aparentemente irracional (destruir a civilização inteira do Irã) em uma ameaça crível ao adversário, de modo que este pense que, se não recuar, a coisa toda pode sair do controle. Um exemplo clássico é o “chicken game”, ou “jogo da galinha”, no qual dois carros avançam em rota de colisão, e o que desvia primeiro, perde. O risco aqui é óbvio: se ninguém desviar, haverá o desastre.



O problema dessa estratégia é que ela assume que o lado iraniano vai recuar quando o risco ficar alto demais. No entanto, Trump parece subestimar que a liderança iraniana opera com uma racionalidade distinta (a expressão “bastardos loucos” revela o desconforto americano com uma reação que não segue o esperado).

Em primeiro lugar, o regime teocrático iraniano se apoia na profunda propensão ao sacrifício existente no xiismo. Raiz da “cultura do martírio”, essa propensão transforma perdas em propósito religioso e político. Para muitos, a resistência ao “opressor” (EUA/Israel) tem valor religioso e político positivo, mesmo que tenha um enorme custo em vidas e para a economia do país. Isso aumenta significativamente a disposição iraniana no “jogo da galinha”: eles estão dispostos a aguentar mais dor do que uma análise dentro de uma lógica exclusivamente materialista preveria.

Em segundo lugar, ao ameaçar uma “civilização inteira”, Trump esbarra na memória histórica iraniana. O Irã é berço de uma das mais antigas civilizações do mundo e já sobreviveu a múltiplas invasões. Essa narrativa de resiliência está presente tanto na população quanto na liderança, que vê a atual pressão como mais um capítulo de confrontos com potências externas. Isso torna ameaças existenciais menos

intimidantes internamente.

Do lado americano, Trump também paga um preço alto. Recuar após tantas ameaças públicas geraria altos custos de reputação: ele seria visto como fraco por sua base e pelos republicanos, especialmente com as eleições de meio de mandato se aproximando. Além disso, o fechamento prolongado do Estreito de Ormuz já elevou os preços do petróleo, pressionando a economia americana com inflação e combustível mais caro para os eleitores. Simplesmente declarar vitória agora e retirar suas tropas, mantendo o Estreito fechado, seria desastroso para sua imagem.

O resultado é que ambos os lados estão presos em uma clássica armadilha de escalada (escalation trap). Trump não pode recuar sem perder credibilidade perante sua base e os aliados regionais, enquanto o regime iraniano não pode ceder sem enfraquecer sua narrativa ideológica de resistência e martírio. Cada nova ameaça ou cada dia de resistência reforça o compromisso do outro lado, tornando mais difícil encontrar uma saída honrosa.

O mundo vive hoje um dia crítico. Esperemos que, no último momento, um dos atores recue, afinal, milhares, senão milhões, de vidas estão em jogo.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Operação Missão Justiça 2025: o recado da China aos EUA e ao Japão

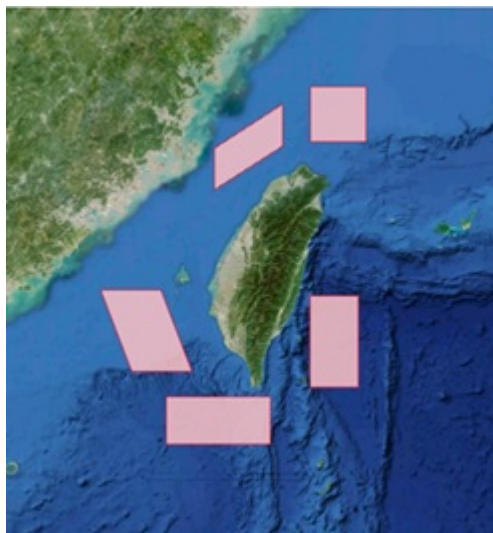
escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



Nos últimos dias do ano que se encerrou, o Comando do Teatro Leste do Exército de Libertação Popular da China (ELPC) realizou um exercício de dois dias em torno da ilha de Taiwan, denominado “Missão Justiça 2025”.

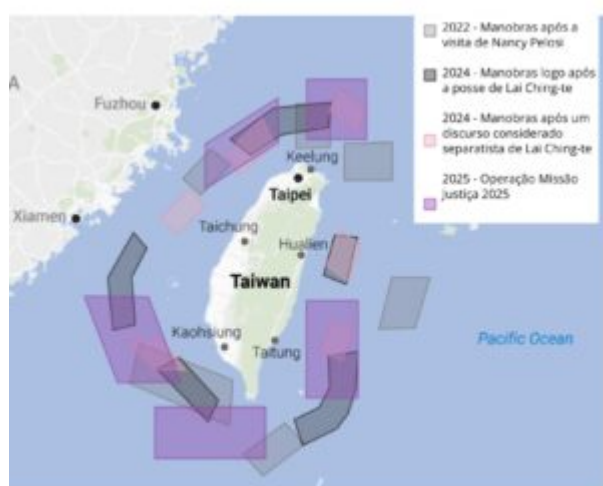
Foi mais um dentre a série de exercícios militares que vêm se sucedendo desde a visita da deputada americana Nancy Pelosi a Taiwan, em 2022. Nessas manobras, quase sempre desencadeadas como reação a iniciativas consideradas por Pequim como desafios ao objetivo de reintegrar Taiwan à soberania chinesa, foram criadas zonas de exclusão marítimas e aéreas no entorno da ilha, nas quais os tráfegos aéreo e naval foram interditados e exercícios com tiros reais foram realizados.

Os objetivos de adestramento que o Exército chinês busca alcançar com essas manobras estão relacionados a operações navais e aéreas de bloqueio de portos taiwaneses, ao controle de áreas marítimas e a ações preparatórias para um eventual desembarque anfíbio.



Zonas de exclusão do Exercício Missão Justiça 2025 – Fonte ELPC

Duas características, entretanto, chamaram atenção neste exercício, configurando uma escalada em relação às manobras anteriores: o tamanho significativamente maior das áreas de exclusão estabelecidas e sua inédita proximidade em relação à ilha de Taiwan. Em alguns casos, os polígonos designados chegaram a ultrapassar o limite de 12 milhas náuticas (22 km), isto é, a delimitação do que seria o mar territorial taiwanês.



Zonas de Exclusão dos sucessivos exercícios – Fonte SCMP

Nesse ponto, é importante compreender o contexto em que o

exercício foi realizado. Ele ocorre na esteira de dois acontecimentos relevantes. O primeiro foi a declaração da primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, segundo a qual uma ação militar chinesa contra Taiwan representaria um risco direto à segurança japonesa, sugerindo inclusive a possibilidade de atuação militar do seu país em favor da ilha. O segundo foi o anúncio, por parte dos Estados Unidos, de uma venda de armas no valor total de 11,2 bilhões de dólares para Taiwan. Esses dois movimentos provocaram uma forte reação das autoridades chinesas, e o exercício deve ser entendido como parte da resposta articulada por Xi Jinping.

Nesse sentido, a Operação Missão Justiça 2025 teve também um objetivo informacional claro: transmitir a mensagem de que eventuais esforços estrangeiros em socorro a Taiwan, no contexto de uma operação militar chinesa para reincorporar a ilha à soberania chinesa, seriam fúteis. Os cartazes produzidos pelos militares chineses deixam essa intenção bastante evidente.



Cartazes do Exercício Missão Justiça 2025 – Fonte ELPC

No primeiro cartaz, aparecem dois escudos, nos quais se veem a Muralha da China e o símbolo do ELPC. O primeiro escudo bloqueia a passagem, em direção à ilha, de um navio carregado de contêineres e de sistemas lançadores de mísseis e foguetes

americanos HIMARS, além de aeronaves de transporte C-130. O segundo escudo impede a aproximação de submarinos americanos. Já no segundo cartaz, em que flechas chinesas ultrapassam a ilha e atingem navios ao seu redor, a expressão “阻攔” significa “conter a interferência externa”. Trata-se de um claro alerta dos chineses aos Estados Unidos – e também ao Japão – contra qualquer tentativa de interferência na questão taiwanesa.

Há ainda um outro aspecto digno de nota. Ao comentar o exercício para a imprensa chinesa, o coronel Zhang Chi, figura conhecida por participar de fóruns internacionais de debates sobre segurança e defesa como representante da Universidade Nacional de Defesa do ELPC, destacou que essas manobras incluiriam o treinamento de operações de decapitação contra as chamadas “lideranças separatistas” de Taiwan.



É interessante notar que os chineses certamente estão observando atentamente a guerra na Ucrânia e aprendendo com os desdobramentos daquele conflito. Em um eventual confronto em Taiwan, Pequim busca evitar o surgimento de lideranças políticas que, a exemplo do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, consigam permanecer no poder, mobilizar apoios internacionais e oferecer uma “face” reconhecível à resistência, capaz de sensibilizar a opinião pública global em favor da ilha.

Dessa forma, a Operação Missão Justiça 2025 deve ser compreendida não como mais um exercício militar rotineiro, mas como parte de um contexto estratégico mais amplo de pressões

graduais e sucessivas da China sobre Taiwan. Ao ampliar significativamente as zonas de exclusão, aproximá-las do território taiwanês, explorar intensamente a dimensão informacional e sinalizar disposição para neutralizar tanto a interferência externa quanto as lideranças políticas da ilha, Pequim dá mais um passo na normalização de um cenário de coerção permanente. Trata-se de uma estratégia voltada a moldar percepções e reduzir, antecipadamente, o espaço de manobra de terceiros, deixando claro a possíveis aliados de Taiwan – em especial Estados Unidos e Japão – que qualquer tentativa de intervenção terá custos elevados.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)



Tailândia e Camboja retomam

conflito histórico na fronteira

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



Disputas fronteiriças frequentemente permanecem dormentes por anos, ou mesmo décadas, até serem reativadas por dinâmicas políticas internas. O recente confronto entre Tailândia e Camboja exemplifica esse padrão, comum em diversas regiões da Ásia, em que fronteiras mal resolvidas tornam-se gatilhos para escaladas militares periódicas. Neste caso, a disputa territorial se entrelaça com instabilidades políticas domésticas e memórias históricas, transformando um litígio antigo em uma ameaça renovada à paz regional.

Os primeiros-ministros da Tailândia e do Camboja, reunidos na Malásia, acordaram, em 28 de julho de 2025, um cessar-fogo após seis dias de combates fronteiriços que resultaram em cerca de 35 mortos, aproximadamente 200 feridos e o deslocamento forçado de 270 mil civis em ambos os lados da fronteira. Mediada pelo primeiro-ministro malaio, Anwar Ibrahim, a trégua incluiu o compromisso de prosseguir com negociações para resolver a disputa fronteiriça, raiz do conflito entre os dois países vizinhos.

Os ataques, iniciados em 23 de julho, foram os mais violentos em mais de uma década. A disputa, porém, remonta a mais de um século, quando o mapeamento da fronteira, elaborado em 1907 pelos colonizadores franceses do Camboja, foi considerado impreciso pela Tailândia.

Assim, os limites entre os dois países do Sudeste Asiático,

que têm cerca de 800 km de extensão, possuem grandes trechos ainda em disputa. O templo hindu de Preah Vihear, nas Montanhas Dangrek, dedicado ao deus Shiva e construído a partir do final do século IX, está localizado em um desses locais onde a fronteira não é perfeitamente delimitada.



Templo de
Preah Vihear

Em 1962, a Corte Internacional de Justiça decidiu que o templo está situado em território cambojano. O status de uma área de 4,6 km² ao redor da construção, entretanto, permaneceu indefinido. Em 2008, quando a UNESCO inscreveu o templo como patrimônio da humanidade, as tensões voltaram a escalar, resultando em escaramuças militares, que se repetiram em 2011, com a morte de dezenas de pessoas.

O conflito de agora, entretanto, atingiu um novo patamar de violência: soldados cambojanos dispararam foguetes contra a Tailândia, atingindo alvos civis em quatro províncias tailandesas, enquanto a Força Aérea da Tailândia, usando caças F-16, bombardeou alvos militares cambojanos.

A crise militar foi precedida por um ambiente político cada vez mais tenso na Tailândia. Nas semanas que antecederam os confrontos, o país foi abalado por uma controvérsia política envolvendo a então primeira-ministra Paetongtarn Shinawatra. Em um gesto diplomático controverso, ela se reuniu com Hun

Sen, ex-primeiro-ministro e figura influente no Camboja, pai do atual líder Hun Manet. Hun Sen divulgou trechos de uma conversa com Shinawatra, na qual ela se referia a ele como “tio” e, em tom deferente, criticava o exército tailandês – uma instituição com grande poder político no país. A conversa gerou forte indignação popular e política na Tailândia, resultando na suspensão de Paetongtarn do cargo em 1º de julho.



A crise política interna tailandesa alimentou o clima de instabilidade que, dias depois, desembocaria em confronto militar. Em 23 de julho, um soldado tailandês perdeu a perna ao pisar em uma mina terrestre durante uma patrulha na fronteira. A Tailândia acusou o Camboja de minar seu território, rebaixando as relações diplomáticas, chamando de volta seu embaixador e expulsando o embaixador cambojano. Essas tensões culminaram nos combates iniciados no mesmo dia.

Após o acordo de cessar-fogo, comandantes dos dois exércitos se encontraram e concordaram em não enviar mais tropas para as fronteiras e fortalecer o contato entre os dois lados, a fim de evitar violações do acordo de cessação das hostilidades.

A violência parece contida neste momento. Entretanto, a persistência de disputas territoriais mal resolvidas, somada à

instabilidade política interna, sugere que o risco de uma nova escalada permanece elevado. Assim como em outros contextos asiáticos – como nas fronteiras entre Índia e Paquistão ou as disputas no Mar do Sul da China – querelas fronteiriças continuam a alimentar instabilidades, expondo a fragilidade dos mecanismos de contenção de crises na Ásia.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Fontes

New York Times:
<https://www.nytimes.com/2025/07/29/world/asia/thailand-cambodia-cease-fire-generals.html>

Martin Wagener – *Lições de Preah Vihear: Tailândia, Camboja e a natureza dos conflitos fronteiriços de baixa intensidade*:
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/186810341103000302>

General americano explica o ataque ao Irã

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026

Transcrição do pronunciamento do General Caine acerca dos ataques americanos às instalações nucleares do Irã

Na noite passada, por ordem do Presidente, o Comando Central dos Estados Unidos, sob o comando do General Michael "Erik" Kurilla, executou a Operação Midnight Hammer, um ataque deliberado e preciso contra três instalações nucleares iranianas. Esta foi uma missão complexa e de alto risco, conduzida com excepcional habilidade e disciplina por nossa força conjunta. Quero agradecer a cada militar, planejador e operador que tornou esta missão possível.

Suas ações refletem os mais altos padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos. Esta operação foi projetada para degradar severamente a infraestrutura de armas nucleares do Irã. Foi planejada e executada em múltiplos domínios e teatros, com uma coordenação que reflete nossa capacidade de projetar poder globalmente, com rapidez e precisão no momento e local de escolha da nossa nação. Esta foi uma missão altamente secreta, com pouquíssimas pessoas em Washington sabendo sobre o momento ou a natureza do plano. Vou me referir ao gráfico ao lado enquanto explico alguns detalhes operacionais.



Reprodução da imagem do vídeo do discurso do General Caine

À meia-noite de sexta-feira para sábado, um grande grupo de ataque de bombardeiros B-2 decolou do território continental dos Estados Unidos. Como parte do plano para manter a surpresa tática, parte do grupo seguiu para o oeste, para o Pacífico,

como um esforço de distração, conhecido apenas por um número extremamente reduzido de planejadores e líderes-chave em Washington e Tampa. O principal grupo de ataque, composto por sete bombardeiros B-2 Spirit, cada um com dois tripulantes, prosseguiu silenciosamente para o leste, com mínimas comunicações.

Durante o voo de 18 horas até a área-alvo, as aeronaves realizaram múltiplos reabastecimentos em voo. Uma vez sobre terra, os B-2 juntaram-se às aeronaves de escolta e apoio em uma manobra complexa e rigorosamente cronometrada, exigindo sincronização exata entre várias plataformas em um estreito espaço aéreo, tudo com comunicação mínima. Este tipo de integração é exatamente o que nossa força conjunta faz melhor que qualquer outra no mundo.

Por volta das 17h (horário padrão do leste dos EUA) de ontem e pouco antes do grupo de ataque entrar no Irã, um submarino dos EUA na área de responsabilidade do Comando Central lançou mais de duas dúzias de mísseis de cruzeiro Tomahawk contra alvos estratégicos de infraestrutura em Esfahan. À medida que o grupo de ataque da Operação Midnight Hammer entrava no espaço aéreo iraniano, os EUA empregaram várias táticas de distração, incluindo iscas, enquanto aeronaves de quarta e quinta geração avançavam à frente do grupo de ataque em alta altitude e alta velocidade, neutralizando ameaças de caças inimigos e mísseis terra-ar.



O grupo de ataque recebeu apoio do Comando Estratégico dos EUA, Comando de Transporte dos EUA, Comando Cibernético dos EUA, Comando Espacial dos EUA, Força Espacial dos EUA e Comando Europeu dos EUA. Ao se aproximar de Fordow e Natanz, as aeronaves de proteção dos EUA utilizaram armas de supressão de alta velocidade para garantir a passagem segura do grupo de ataque, com caças empregando fogo preventivo contra quaisquer potenciais ameaças iranianas terra-ar. Até o momento, não temos conhecimento de disparos contra o grupo durante a entrada.

Por volta das 18h40 (horário padrão do leste dos EUA), 2h10 no horário do Irã, o primeiro B-2 lançou duas bombas penetrantes GBU-57 sobre o primeiro dos vários pontos de mira em Fordow. Como o Presidente afirmou ontem à noite, os bombardeiros restantes também atingiram seus alvos, com um total de 14 bombas GBU-57 lançadas contra duas áreas nucleares.

Todos os três alvos da infraestrutura nuclear iraniana foram atingidos entre as 18h40 e as 19h05 (horário padrão do leste dos EUA), aproximadamente às 2h10 da manhã no horário local iraniano, com os mísseis Tomahawk sendo os últimos a atingir Esfahan, garantindo a manutenção do elemento surpresa durante toda a operação. Após o lançamento das armas, o grupo Midnight Hammer saiu do espaço aéreo iraniano e iniciou o retorno. Não

temos conhecimento de disparos contra o grupo na saída. Os caças do Irã não decolaram, e aparentemente os sistemas iranianos de mísseis terra-ar não nos detectaram. Durante toda a missão, mantivemos o elemento surpresa.

No total, as forças dos EUA empregaram aproximadamente 75 armas guiadas de precisão durante esta operação. Isso incluiu, como o Presidente afirmou ontem à noite, 14 bombas penetrantes massivas GBU-57 de 30.000 libras cada, marcando o primeiro uso operacional desta arma. Sei que os danos resultantes são de grande interesse. A avaliação final levará algum tempo, mas análises preliminares indicam que os três locais sofreram danos e destruições extremamente graves.



Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

PAULO FILHO

The advertisement features a blue background with abstract white and yellow wave patterns. On the left, there is a yellow-bordered photo of Paulo Filho speaking at a podium. To the right of the photo, the text is arranged in a vertical flow: 'Aperfeiçoe sua EQUIPE' (with 'EQUIPE' in a yellow box), a paragraph about geopolitical reality, a calendar icon with 'agende uma palestra', another paragraph about hiring Paulo Filho, and the 'PAULO FILHO' logo at the bottom.

Mais de 125 aeronaves dos EUA participaram desta missão, incluindo bombardeiros furtivos B-2, múltiplas esquadrilhas de caças de quarta e quinta geração, dezenas de aviões-tanque para reabastecimento aéreo, um submarino lançador de mísseis guiados e uma completa gama de aeronaves de inteligência, vigilância e reconhecimento, além de centenas de profissionais de manutenção e operações. Como o Secretário mencionou, este foi o maior ataque operacional com B-2 na história dos EUA e a segunda missão mais longa do B-2 já realizada, excedida apenas pelas missões imediatamente após o 11 de setembro.

Bem antes do ataque, o General Kurilla elevou as medidas de proteção da força em toda a região, especialmente no Iraque, Síria e Golfo. Nossas forças permanecem em alerta máximo e estão plenamente posicionadas para responder a qualquer retaliação iraniana ou ataques por procuração, o que seria uma péssima decisão. Nós nos defenderemos. A segurança de nossos militares e civis permanece nossa prioridade máxima.

Esta missão demonstra o alcance, coordenação e capacidade incomparáveis das forças armadas dos EUA. Em poucas semanas, fomos do planejamento estratégico à execução global. Esta operação enfatiza as capacidades incomparáveis e o alcance global das forças armadas dos EUA. Como o Presidente disse claramente ontem à noite, nenhuma outra força militar no mundo poderia ter realizado isso. Junto-me ao Presidente e ao Secretário no orgulho extremo das tripulações aéreas, forças navais, operadores cibernéticos, planejadores e equipes de apoio e comandantes que tornaram esta missão possível. É a habilidade, disciplina e trabalho em equipe deles que tornam esta operação possível.

Estou particularmente orgulhoso de nossa disciplina em relação à segurança operacional, algo que preocupava muito o Presidente, o Secretário, o General Carrillo e eu, e continuaremos a focar nisso. Neste momento, muitos recursos ainda estão no ar e centenas permanecem desdobrados. Peço que mantenhamos nossos militares retornando para casa e os desdobrados em nossos pensamentos. Nossa força conjunta permanece pronta para defender os EUA, nossas tropas e nossos interesses na região. Muito obrigado.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

O Brasil de cabeça para baixo

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



O IBGE acaba de divulgar um novo mapa-múndi em que o Brasil aparece no centro do planisfério e com o Sul voltado para o topo da página. Dessa forma, o mapa representa o mundo “de cabeça para baixo” quando comparado às representações convencionais da cartografia, nas quais o Norte ocupa sempre a parte superior.

O novo mapa destaca em cores os países que integram os BRICS, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Mercosul e o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).



Mapa Invertido – Fonte IBGE

Do ponto de vista técnico, a opção por uma representação invertida por parte de um órgão oficial é, no mínimo, controversa. Mapas são tradicionalmente norteados não por convenção aleatória, mas com base em acordos cartográficos

internacionais respaldados por critérios geográficos cientificamente aceitos. Alterar essa lógica arbitrariamente pode gerar confusão e comprometer a clareza informativa, especialmente em contextos educacionais.

Mas o que está em jogo aqui são razões essencialmente políticas – e é sobre elas que me proponho a refletir. A inversão foi justificada pelo presidente do IBGE, Márcio Pochmann, em suas redes sociais: *“A novidade busca ressaltar a posição atual de liderança do Brasil em importantes fóruns internacionais como no BRICS e Mercosul e na realização da COP 30 no ano de 2025.”*



Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

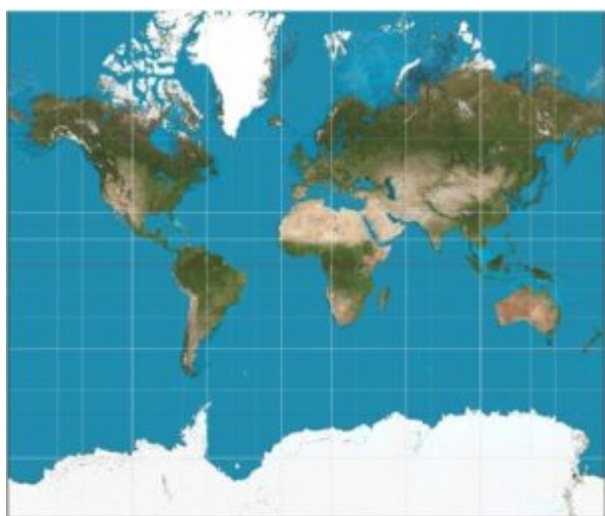
PAULO FILHO

Estar bem informado, tem um custo. Não estar, custa muito mais. Contrate o Paulo Filho para uma conversa com seu time e mantenha-se atualizado sobre questões que podem afetar suas decisões empresariais

A justificativa de Pochmann revela o intento simbólico do mapa: transmitir dois recados. O primeiro, de que o Brasil está “no centro do mundo”; o segundo, de que o chamado “Sul Global” seria agora uma espécie de “novo Norte”, apto a liderar o restante do planeta.

É inegável que mapas embutem visões de mundo e hierarquias simbólicas. A projeção de Mercator – com a qual fomos

familiarizados desde os primeiros anos escolares – é uma projeção cilíndrica que mantém as formas dos países, mas distorce suas proporções. Como resultado, os países localizados em altas latitudes, majoritariamente no Hemisfério Norte, parecem maiores do que realmente são. A Groenlândia, com seus 2,1 milhões de km², muitas vezes aparenta ser maior do que a Austrália, que tem 7,7 milhões de km² – mais de três vezes seu tamanho real. Pensando bem, talvez tenha sido essa representação que inspirou a fixação de Donald Trump pela Groenlândia...



Projeção de Mercator

Outras nações também moldam os mapas segundo sua própria cosmovisão. Os chineses, por exemplo, utilizam representações em que a China ocupa o centro do mundo – algo coerente com seu nome nativo: *Zhōngguó* (中国), ou “País do Meio”. O primeiro caractere, 中 (*zhōng*), significa “meio” ou “centro”; o segundo, 国 (*guó*), quer dizer “país” ou “nação”. Historicamente, o nome reflete a autopercepção da China como o epicentro civilizacional do mundo conhecido, sobretudo durante os períodos imperiais. Essa centralidade tem sentido não apenas geográfico, mas também cultural, simbólico e político. Porém, nesse tipo de mapa, o Atlântico Sul – tão relevante para o Brasil – praticamente desaparece. Um navegador brasileiro que usasse essa carta para alcançar Angola provavelmente teria dificuldades.



Mapa com a China no Centro

Uma definição simples de geopolítica é que ela trata da aplicação do poder sobre um espaço geográfico. Sob essa ótica, não há novidade na intenção do presidente do IBGE ao usar uma representação cartográfica para transmitir uma mensagem política.

É justamente aí que reside, a meu ver, o erro do mapa. Ao colocar o Brasil voltado para o Sul, ele simbolicamente nos posiciona de costas para o Norte. Isso é problemático por diversas razões – culturais, econômicas e estratégicas. Mas escolho aqui uma motivação simbólica e histórica, relacionada à data da divulgação do mapa: 7 de maio de 2025, véspera do 80º aniversário da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.



0 Brasil enviou 25 mil soldados ao “Norte Global” – mais

especificamente à Itália – para combater o nazifascismo. Centenas deles não retornaram. Se o mapa do IBGE destacasse os países aliados na Segunda Guerra, muitos daqueles representados em tons neutros teriam de ser coloridos para marcar os que, juntamente com o Brasil, derramaram o sangue de seus cidadãos em defesa da liberdade e da democracia.

Aliás, se o critério fosse destacar os países democráticos, talvez também houvesse uma inversão inesperada: o IBGE teria que apagar a cor de muitos dos países hoje realçados, justamente por não promoverem a democracia que o Brasil, em sua Constituição, se compromete a promover e defender.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

O Livro Branco da União Europeia e seus reflexos para o Brasil

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026

União Europeia divulga Livro Branco de Defesa

1. Introdução

A comissão Europeia divulgou, no último dia 19 de março, um livro branco denominado Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 . Ao fazer o lançamento do documento, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen declarou

que “[...] A arquitetura de segurança na qual confiávamos não pode mais ser tomada como garantida. A Europa está pronta para dar um passo à frente. Devemos investir em defesa, fortalecer nossas capacidades e adotar uma abordagem proativa de segurança”(tradução nossa).

O livro branco é um esforço da União Europeia no sentido de oferecer soluções para resolver problemas críticos existentes na arquitetura de segurança europeia, bem como construir uma sólida base industrial de defesa.

O documento é divulgado no momento em que os europeus percebem que sua prontidão militar para fazer face às crescentes ameaças à segurança europeia, após décadas de investimentos baixos, está muito aquém de suas necessidades.

Esta análise tem a finalidade de destacar os principais pontos do documento europeu, concluindo sobre possíveis repercussões para o Brasil e o Exército Brasileiro.

2. O diagnóstico europeu para o atual ambiente de segurança

As duas primeiras seções do documento encarregam-se de fazer um diagnóstico que apresenta um relato bastante preocupante do ambiente de segurança europeu, enfatizando que a Europa está em um ambiente geopolítico bastante mais hostil e desafiador do que há uma década. Em tom alarmante, destaca que a Europa enfrenta ameaças crescentes por parte de atores externos e que somente a prontidão militar proporcionará a dissuasão necessária para garantir a paz. Ao mencionar que adversários utilizam recursos e tecnologia para atingir seus objetivos estratégicos, destaca que dessa forma eles ameaçam o modo de vida democrático europeu.

O Livro Branco apresenta um sistema internacional que passa por mudanças não vistas desde 1945, que desestabilizam o equilíbrio político que emergiu do pós-Segunda Guerra e do pós-Guerra Fria. Em face a essa realidade, os europeus se veem perante uma escolha fundamental no que concerne ao seu futuro.

Ou a UE age agora para moldar a nova ordem de forma a garantir sua soberania, segurança e prosperidade ou será passiva, o que trará retrocesso, divisão e vulnerabilidade.

O papel da OTAN e da UE na segurança europeia é reconhecido, mas o documento enfatiza que a Europa precisa fazer muito mais. Há uma preocupação com a mudança no foco estratégico dos EUA, que estão cada vez mais priorizando outras regiões em detrimento da Europa. Isso reforça a necessidade dos europeus desenvolverem uma defesa muito mais independente.

O documento trata o futuro da Ucrânia como fundamental para a Europa como um todo, destacando que o resultado da guerra será um fator determinante do futuro coletivo dos países do continente nas décadas que estão por vir. A China é citada como um país autoritário que “busca afirmar sua autoridade e controle sobre a sociedade e a economia” da Europa.

O Livro Branco propõe um massivo aumento nos gastos com defesa, coordenado entre os Estados-membros, visando restaurar a capacidade de dissuasão da Europa. Isso inclui: (1) reforço da base industrial de defesa; (2) desenvolvimento de inovação tecnológica no setor militar; (3) aceleração dos processos de aquisição e suprimento militar; (4) cooperação entre Estados-membros da EU para enfrentar lacunas críticas nas capacidades de defesa.

Para isto, os europeus propõem o plano “ReArm Europe”, que estabelece um quadro para um aumento sem precedentes no investimento em defesa, com metas para 2030. Ele também propõe projetos comuns entre os Estados-membros para melhorar a interoperabilidade e garantir que a Europa tenha uma postura de defesa forte e suficiente dentro desse prazo.

Prosseguindo no diagnóstico, o documento enfatiza que a Europa enfrenta uma proliferação de ameaças que impactam diretamente seu modo de vida e estabilidade. A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, acelerou essa percepção, mas o ambiente já era considerado perigoso antes disso. Essa deterioração tem efeitos negativos sobre a política, a economia e a coesão da

UE.

Os europeus consideram que a posição geográfica do continente os expõe a desafios específicos, além da ameaça russa proveniente do Leste: no Sul, a proximidade com o Norte da África e o Oriente Médio, que resultam em impactos de guerras, migração e mudanças climáticas. Ao Norte, o Ártico, que está se tornando um novo palco de competição geopolítica. À Oeste, os EUA, que estão reavaliando sua presença na Europa, reduzindo seu papel de principal garantidor da segurança europeia.

O documento prossegue constatando que a segurança europeia está ameaçada por ataques híbridos e novas dinâmicas que envolvem: (1) terrorismo e extremismo violento; (2) crime organizado internacional e redes de cibercriminosos; (3) conexões entre esses grupos e Estados hostis, facilitadas por novas tecnologias; (4) ataques cibernéticos, sabotagem e campanhas de desinformação; (5) uso da migração como arma geopolítica.

A Rússia é retratada como a principal ameaça militar convencional à Europa. O país está conduzindo uma guerra mecanizada de alta intensidade, não vista no continente desde 1945, além de ter transformado sua economia em uma economia de guerra, com 40% do orçamento federal e até 9% do PIB dedicados à defesa em 2024 (ante a 6% em 2023). Espera-se que, em 2025, a Rússia supere o gasto militar dos Estados-membros da UE em termos de paridade de poder de compra. O documento cita o fato de Belarus, Coreia do Norte e Irã apoiarem o esforço de guerra russo, além de acusar o país de ameaçar a estabilidade dos Balcãs, Geórgia, Moldávia e Armênia. Por fim, a apreciação sugere que se a Rússia atingir seus objetivos na Ucrânia, sua ambição territorial se expandirá para outros territórios europeus.

A China é caracterizada como uma ameaça sistêmica, distinta da ameaça russa, lembrando que a potência asiática possui um

modelo autoritário incompatível com os valores da UE, além de buscar primazia econômica, tecnológica e militar e de expandir de forma acelerada suas capacidades nucleares, espaciais e cibernéticas. O documento alerta que uma mudança no status de Taiwan traria graves consequências econômicas e estratégicas para a Europa, especialmente no acesso a tecnologias críticas.

O texto aborda outros fatores de instabilidade global que impactam a segurança europeia. No Oriente Médio, a relação entre Rússia e Irã, o papel de grupos armados e a instabilidade persistente em Israel/Palestina, Síria e Líbano. Na África, os conflitos no Sahel, Líbia e Sudão, além da presença russa e chinesa. No Mar Báltico e Mar Negro, o aumento de sabotagens e ameaças à infraestrutura subaquática crítica. No Espaço, onde há uma crescente contestação da liberdade de operação europeia em domínios estratégicos.

Encerrando o diagnóstico, o Livro Branco destaca que a corrida armamentista global agora é também uma corrida tecnológica, com impacto direto na segurança e competitividade europeias. Tecnologias críticas (IA, computação quântica, biotecnologia, robótica, hipersônicos) são fundamentais tanto para o crescimento econômico quanto para a superioridade militar. O documento lembra ainda que países rivais estão investindo pesadamente em inovação, enquanto a UE precisa melhorar sua capacidade nesse campo e que a dependência excessiva de matérias-primas estratégicas pode ser explorada geopoliticamente.

Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

PAULO FILHO

The advertisement features a blue background with white and yellow text and graphics. At the top left, there are several blue circles containing white thumbs-up icons. A central yellow-bordered photo shows a man in a dark suit speaking at a podium. To the right of the photo is a yellow calendar icon with the text 'agende uma palestra'. At the bottom, there is a yellow oval logo with a stylized 'P' and the name 'PAULO FILHO'.

3. As recomendações sobre o que fazer

3.1 Criar prontidão europeia 2030

Após fazer o diagnóstico, o documento passa a apontar as possíveis soluções para que a Europa construa uma capacidade militar suficiente para dissuadir a ocorrência de uma guerra de agressão no futuro.

Destacando o papel dos Estados-membros da UE, o documento lembra que esses continuam responsáveis por suas próprias forças armadas, incluindo doutrina, mobilização e definição de necessidades militares. Entretanto, o documento reforça a ideia de que a UE deverá ter um papel de facilitação e coordenação, sem interferir diretamente na soberania nacional sobre as forças

armadas. O documento reconhece ainda as especificidades das políticas de defesa dos Estados-Membros, respeitando diferentes graus de envolvimento na segurança coletiva.

Nesse sentido, o Livro Branco prevê que a UE criará as condições necessárias para um investimento maciço antecipado no setor de defesa, reduzindo a burocracia e garantindo previsibilidade para a indústria. A fim de aprimorar a interoperabilidade entre os Estados-Membros, o documento prevê a possibilidade de coordenação na produção e aquisição de

armamentos; criação de padrões comuns para armamentos e tecnologia militares e um estímulo às compras coletivas, o que reduzirá os custos de aquisição.

Além disso, a UE pretende apoiar a criação de infraestrutura de uso dual (civil e militar), o que inclui incremento da mobilidade militar (transporte rápido de tropas e equipamentos) e dos recursos espaciais de comunicação, navegação e observação.

3.2 Completar as lacunas críticas de capacidades

Os estrategistas europeus consideram que, para efetivamente dissuadir qualquer agressão armada externa, os países devem possuir as capacidades necessárias para conduzir todo o espectro de atividades militares. Para isso, os exércitos da UE devem preencher as lacunas de capacidade hoje existentes, “em um espaço de tempo razoavelmente curto”, em estreita colaboração com a OTAN.

O Livro Branco lista sete áreas prioritárias críticas para a construção de uma “defesa europeia robusta”.

1. Defesa Antiaérea, contra todo o espectro de ameaças (aeronaves, mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersônicos, e aeronaves não tripuladas).
2. Sistemas de Artilharia de campanha e de mísseis, inclusive de longo alcance.
3. Criar um estoque estratégico de munições e mísseis, por intermédio do “Plano Munição 2.0”, com capacidade de fabricação suficiente na indústria de defesa para garantir o reabastecimento oportuno.
4. Sistemas de Drones e Sistemas Anti-drones, aéreos, terrestres, e navais (de superfície e subaquáticos), que podem ser operados por um ser humano ou autônomos.
5. Mobilidade militar, com o desenvolvimento de uma rede paneuropeia de corredores terrestres, aeroportos, portos

e infraestrutura de apoio que facilite o transporte rápido de tropas e equipamentos dentro da UE e dos países parceiros.

6. Inteligência artificial, segurança cibernética e guerra eletrônica, melhorando a segurança no ambiente digital, utilizando sistemas com inteligência artificial e computação quântica.
7. Sistemas estratégicos e proteção de infraestrutura crítica, com o desenvolvimento de capacidades estratégicas tais como o transporte aéreo e o reabastecimento de aeronaves, a inteligência, as operações espaciais, os meios seguros de comunicação e a infraestrutura de combustível.

O documento enfatiza a necessidade de as ações de cada um dos Estados da UE no preenchimento de cada uma das capacidades acima listadas seja feita de forma colaborativa, uma vez que a ausência dessa característica foi apontada em documentos da UE como causas de ineficiência e de custos desnecessários.

Embora os autores do texto enfatizem que a segurança de toda a Europa é importante, há um destaque especial para a fronteira oriental da UE, ou seja, os limites do bloco com a Rússia e Belarus, onde serão estabelecidas barreiras físicas e modernos sistemas de vigilância.

Ao mesmo tempo, será lançado um “Diálogo Estratégico com a Indústria de Defesa”, para que sejam discutidas formas de identificar os obstáculos regulatórios e os desafios que impedem que a indústria de defesa europeia possa responder com a máxima agilidade às necessidades dos Estados europeus.

4. A questão da guerra na Ucrânia

O documento destaca que a Ucrânia está na linha de frente da segurança europeia, e que suas necessidades de segurança permanecerão altas, mesmo depois da eventual celebração de um cessar-fogo, o que exigirá dos países europeus, de forma

urgente, um aumento na assistência à Ucrânia, com o foco em duas prioridades.

A primeira será a de aumentar a assistência militar ao país invadido pela Rússia em fevereiro de 2022. Para isso, foram listados uma série de objetivos: fornecer munição de artilharia de campanha, sistemas de defesa antiaérea e drones; treinar e equipar brigadas do exército ucraniano; apoiar a indústria de defesa daquele país, bem como melhorar a mobilidade estratégica, de modo que os corredores de mobilidade europeus sejam integrados aos ucranianos. Por fim, o documento lista como um objetivo melhorar o fornecimento do acesso ucraniano aos equipamentos e serviços espaciais europeus.

A segunda prioridade listada é a de associar a Ucrânia aos esforços europeus de desenvolvimento de capacidades militares e de integração da indústria de defesa europeia. Neste ponto, o Livro Branco destaca que a guerra obrigou a Ucrânia a tornar-se um laboratório para a inovação tecnológica da indústria de defesa, e que as indústrias europeias poderiam se beneficiar de uma transferência de tecnologia de primeira mão sobre como usar a inovação para atingir a superioridade no campo de batalha.



5. Fortalecimento e inovação da Indústria de Defesa

A indústria de defesa da Europa tem, segundo expresso no documento, um papel indispensável para a prontidão da defesa da Europa, bem como para a construção de sua dissuasão.

Entretanto, avalia-se que essa base industrial possui fragilidades estruturais. A primeira é a de não ter a capacidade de produzir sistemas e equipamentos na quantidade e na velocidade requeridas pelos países europeus. Outra, é a de ser muito fragmentada, atendendo primordialmente mercados nacionais, e não a Europa como um todo. Uma terceira fragilidade apresentada é a de o setor receber menos investimentos do que o necessário e ter uma excessiva dependência de fornecedores externos.

Para fazer face a essas fragilidades, a UE propõe apoiar a indústria de defesa em seis eixos estratégicos: (1) Reforço das capacidades industriais em toda a UE. (2) Segurança no fornecimento de insumos críticos e redução de dependências. (3) Criação de um verdadeiro Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa. (4) Simplificação de regras e burocracia. (5) Fomento à P&D e à inovação tecnológica. (6) Formação, atração e retenção de talentos especializados.

Nesse sentido, o documento propõe medidas para aumentar a capacidade produtiva da indústria de defesa, sugerindo pedidos estáveis e de longo prazo, com contratos plurianuais e aquisições conjuntas; o lançamento de uma plataforma conjunta de compra de matérias-primas críticas e o desenvolvimento de alternativas locais e apoio à diversificação de fornecedores, reduzindo riscos geopolíticos.

Propõe-se ainda um mercado europeu plenamente integrado, com harmonização regulatória, reconhecimento mútuo de certificações e facilitação de transferências intra-EU, tudo com o objetivo de se ter uma escala industrial, competitividade global e segurança do abastecimento.

O documento reconhece que tecnologias como IA, computação quântica, conectividade segura, robótica, energia alternativa e armas hipersônicas estão transformando a guerra e que a UE deverá encontrar meios de fomentar o desenvolvimento desses campos, investindo em tecnologias de uso dual e na formação de talentos e mão-de-obra qualificada.

6. Aumento dos investimentos em Defesa

A seção 7 do Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 apresenta a estratégia para impulsionar significativamente os investimentos em defesa na Europa, considerando que o atual nível de gasto, apesar do aumento recente, ainda é insuficiente frente às ameaças e à comparação com EUA, Rússia e China.

O panorama atual dos investimentos é apresentado da seguinte forma, desde 2021, os gastos de defesa dos Estados-Membros da UE aumentaram 31%, alcançando um nível recorde de €102 bilhões, quase o dobro do que em 2021.

Apesar disso, os estrategistas europeus alertam que a UE ainda gasta menos que a Rússia ou a China, sendo necessário um investimento maciço e sustentado, público e privado, para reconstruir a capacidade de defesa europeia.

Nesse sentido, está sendo lançado o plano “ReArm Europe”, com cinco pilares para aumentar os investimentos de defesa da Europa de forma urgente e significativa:

- Criação de um novo instrumento financeiro (Security and Action for Europe – SAFE) – Concessão de empréstimos aos Estados-Membros da UE, garantidos pelo orçamento do bloco, com até €150 bilhões para apoiar investimentos nacionais em defesa.
- Ativação coordenada da “cláusula de escape” do Pacto de Estabilidade – Desbloqueio dos limites de gastos para gastos em defesa, permitindo mais flexibilidade fiscal para os Estados-Membros gastarem com defesa.
- Maior flexibilidade no uso de instrumentos financeiros e políticas estruturais já existentes da UE – Reorientação de fundos europeus já existentes, e destinados a outras áreas, como desenvolvimento regional, inovação e infraestrutura, para apoiar a indústria e capacidades de defesa.

- Maior envolvimento do Banco Europeu de Investimento (BEI) – Dobrar o financiamento para projetos de defesa e expandir o escopo de atuação do BEI.
- Mobilização de capital privado – Facilitar acesso a financiamento para empresas de defesa, com foco em pequenas e médias empresas, inovação e garantias contra risco.

Além dos cinco pilares acima, o documento destaca a necessidade de previsibilidade financeira, tratando de explorar novas fontes de financiamento (como o Mecanismo Europeu de Estabilidade), reforçar o próximo orçamento plurianual na área de defesa e sustentar o investimento em longo prazo.



7. Fortalecer a segurança por intermédio de parcerias

O documento prossegue, destacando que os desafios à segurança europeia, como a guerra na Ucrânia, têm implicações globais e exigem respostas coordenadas com parceiros internacionais. Nesse sentido, os estrategistas europeus reputam a cooperação como sendo crucial para reduzir dependências externas de insumos e tecnologias, diversificar fornecedores estratégicos e desenvolver capacidades militares e fomentar inovação.

A OTAN continua sendo vista como o pilar da defesa coletiva na

Europa. Dessa forma, a cooperação UE-OTAN segue sendo indispensável para desenvolver as capacidades europeias. Os Estados Unidos continuam sendo considerados aliados cruciais, mas demandam que a Europa assuma mais responsabilidade pela sua própria defesa.

O Reino Unido é visto como um aliado europeu essencial, com potencial para firmar uma parceria formal de segurança e defesa com a UE.

Outros dois aliados da OTAN externos ao bloco são citados: a Noruega, que participa plenamente dos programas de defesa da UE, e o Canadá, país com o qual o bloco tem estreitado o diálogo de segurança.

Além disso, a UE buscará manter e ampliar a cooperação com países europeus de fora do bloco, candidatos à adesão ou vizinhos, como Albânia, Islândia, Montenegro, Moldávia, Macedônia do Norte, Suíça. A Turquia merece uma citação especial, uma vez que é parceira de longa data na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Fora da Europa e da OTAN, o documento indica o desejo da UE de aprofundar a cooperação industrial e em segurança com parceiros-chave da região do Indo-Pacífico, com foco na segurança marítima, com destaque para o Japão, a Coreia do sul, a Austrália, a Nova Zelândia e a Índia.

8. O caminho a seguir

A seção final do Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 apresenta uma convocação à ação imediata, destacando a urgência de fortalecer a defesa europeia diante de um contexto geopolítico volátil e de ameaças crescentes.

O White Paper propõe ações concretas e urgentes, a serem tomadas já nos próximos meses:

1. Ativação da “Cláusula de Escape Fiscal” pelos Estados-

Membros até abril de 2025.

2. Adoção urgente do regulamento SAFE, para financiar investimentos em defesa com €150 bilhões.
3. Aprovação do Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP), incluindo apoio à Ucrânia.
4. Revisão do Fundo de Desenvolvimento Regional da UE, permitindo redirecionamento voluntário de recursos para defesa.
5. Meta de 40% de compras conjuntas de defesa, conforme a Estratégia da Indústria de Defesa Europeia (EDIS).
6. Novo pacote de apoio militar à Ucrânia, com foco em artilharia, defesa aérea e treinamento.
7. Integração da indústria ucraniana de defesa no Mercado Único Europeu e extensão de corredores de mobilidade militar até a Ucrânia.
8. Ampliação do apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI) à indústria de defesa.
9. Início de um Diálogo Estratégico com a indústria de defesa, com participação da Agência Europeia de Defesa (EDA) e do Estado Maior Militar da UE.
10. Proposta de um pacote de medidas para simplificar as regras para empresas de defesa que operam na Europa, a fim de ajudá-las a ter melhor acesso ao financiamento e facilitar a produção e a aquisição, chamado “Defence Omnibus”, até junho de 2025.
11. Apresentação da Rota Tecnológica Europeia para Armamentos, com foco em tecnologias avançadas de uso dual.
12. Comunicação conjunta sobre Mobilidade Militar, com propostas legislativas até o fim de 2025.

O documento conclui com um apelo à construção de uma “União de Defesa”, capaz de proteger os cidadãos europeus, defender os interesses e valores da UE e reforçar a resiliência estratégica da Europa diante de um mundo mais perigoso.

A mensagem final do documento indica que a UE deve fazer

escolhas ousadas e responder ao desafio histórico de construir uma Europa segura, soberana e preparada, por dever para com seus cidadãos, seus aliados na OTAN, a Ucrânia e os valores democráticos que representa.

9. Reflexos para o Brasil

O Livro Branco divulgado pelos europeus oferece dois grandes eixos de reflexão estratégica para o Brasil, representando tanto alertas sobre vulnerabilidades internas quanto oportunidades de cooperação, aprendizado e inserção em um novo cenário global de segurança.

9.1 Oportunidades de cooperação

O esforço da União Europeia para fortalecer sua base industrial de defesa – com foco em inovação, tecnologias emergentes e redução de dependências externas – abre espaço para o Brasil buscar parcerias tecnológicas e industriais, especialmente nas áreas de uso dual. Nesse sentido, vislumbra-se como sendo possível o surgimento de oportunidades de cooperação nas áreas de inteligência artificial, robótica, cibernética, guerra eletrônica, sistemas não tripulados, dentre outros.

Com o objetivo europeu de diversificar fornecedores e reduzir dependências, há espaço para o Brasil se posicionar como fornecedor confiável de insumos críticos, componentes ou até produtos acabados para a indústria de defesa europeia, sobretudo em áreas como minerais estratégicos (nióbio, terras raras, etc), produtos químicos e metais especiais, dentre outros. A abertura da UE a “parceiros com valores semelhantes” e a busca por novas parcerias pode ser uma oportunidade para o Brasil, por exemplo, realizar exercícios conjuntos, missões de paz, transferência tecnológica ou formação e intercâmbio militar, dentre outros.

9.2 Alertas para as vulnerabilidades brasileiras

O Livro Branco parte do reconhecimento de que a Europa viveu décadas de subinvestimento em defesa, o que comprometeu sua capacidade de dissuasão. Essa constatação serve como alerta direto ao Brasil, que enfrenta desafios orçamentários crônicos no setor de defesa.

A proposta europeia de desenvolver infraestrutura de uso dual (civil e militar), como corredores logísticos, portos, aeroportos e redes de comunicação, é um exemplo relevante para o Brasil, que também tem vasto território, infraestrutura frágil e vulnerabilidades logísticas.

O documento analisado reconhece que a dependência excessiva dos europeus de terceiros comprometeu sua segurança. O Brasil, que historicamente buscou certa autonomia estratégica, deve refletir sobre seu atual estágio de autonomia estratégica, considerando reforçar esse princípio em suas políticas de defesa e indústria. Nesse sentido, parece claro a necessidade brasileira de

aprimorar suas capacidades próprias em áreas críticas (produção de munição, sensores, sistemas de comando e controle) e aumentar a resiliência em setores chave como energia, cibernética e mobilidade estratégica. Além disso, o incremento da interoperabilidade entre as forças armadas brasileiras, e também com parceiros sul-americanos, dentro do conceito de se buscar uma dissuasão extra regional, parece igualmente relevante.

REFERÊNCIAS

Joint White Paper for European Defence Readiness 2030, divulgado em 18 de março de 2025 pela Comissão Europeia. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_793

Dois documentos muito interessantes, que merecem atenção: Relatório Niinisto, disponível em

https://commission.europa.eu/document/5bb2881f-9e29-42f2-8b77-8739b19d047c_en e Relatório

Draghi, disponível em https://commission.europa.eu/topics/eu-competitiveness/draghi-report_en#paragraph_47059

Este artigo foi originalmente publicado na página eletrônica do

Centro de Estudos Estratégicos do Exército

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Trump abandona aliados e abraça a Rússia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



Donald Trump surpreendeu o mundo ao postar em sua rede social um comentário no qual culpava a Ucrânia pela guerra, distorcia a verdade ao chamar o presidente Zelensky de “ditador” por não ter convocado eleições no prazo previsto – apesar de seu país estar em guerra – e afirmava que os EUA tinham enviado US\$ 350 bilhões à Ucrânia, um valor quase três vezes superior ao montante efetivamente enviado aos ucranianos.

Nos primeiros 30 dias de governo, a administração Trump tem adotado uma postura de confronto com aliados e aproximação com a Rússia. No entanto, essa não foi sempre a visão do presidente. Ou, se foi, seus atos no passado sugerem o contrário.



Em dezembro de 2017, durante seu primeiro mandato, Trump assinou a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA. No documento de 68 páginas, a Rússia é mencionada 25 vezes, sempre de forma negativa. O texto alertava que China e Rússia buscavam moldar um mundo contrário aos valores e interesses dos EUA, destacando que Moscou pretendia restaurar seu status de grande potência e estabelecer esferas de influência regionais.

O documento prosseguia em seu diagnóstico, afirmando que a Rússia tinha como objetivo enfraquecer a influência dos EUA no mundo e dividir os norte-americanos de seus aliados e parceiros. Além disso, ressaltava que a Rússia via a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) como ameaças (NSS, p. 25).

A central continuity in history is the contest for power. The present time period is no different. Three main sets of challengers—the revisionist powers of China and Russia, the rogue states of Iran and North Korea, and transnational threat organizations, particularly jihadist terrorist groups—are actively competing against the United States and our allies and partners. Although differing in nature and magnitude, these rivals compete across political, economic, and military arenas, and use technology and information to accelerate these contests in order to shift regional balances of power in their favor. These are fundamentally political contests between those who favor repressive systems and those who favor free societies.

China and Russia want to shape a world antithetical to U.S. values and interests. China seeks to displace the United States in the Indo-Pacific region, expand the reaches of its state-driven economic model, and reorder the region in its favor. Russia seeks to restore its great power status and establish spheres of influence near its borders. The intentions of both nations are not necessarily fixed. The United

States stands ready to cooperate across areas of mutual interest with both countries.

For decades, U.S. policy was rooted in the belief that support for China's rise and for its integration into the post-war international order would liberalize China. Contrary to our hopes, China expanded its power at the expense of the sovereignty of others. China gathers and exploits data on an unrivaled scale and spreads features of its authoritarian system, including corruption and the use of surveillance. It is building the most capable and well-funded military in the world, after our own. Its nuclear arsenal is growing and diversifying. Part of China's military modernization and economic expansion is due to its access to the U.S. innovation economy, including America's world-class universities.

Russia aims to weaken U.S. influence in the world and divide us from our allies and partners. Russia views the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and European Union (EU) as threats. Russia is investing in new military capabilities, including nuclear systems that remain the most significant existential threat to the United States, and in

Imagem da página 25 da National Security Strategy (2017)

[Acesse o documento completo](#)

Outro trecho do documento alertava para o uso, pela Rússia, de operações de desinformação como parte de seus esforços para influenciar a opinião pública global (NSS, p. 35).

Esse alerta parece mais relevante do que nunca. Segundo o presidente Zelensky, os russos tiveram êxito ao influenciar, pelo menos, um líder mundial: Donald Trump. Após a declaração do presidente norte-americano de que Zelensky contava com apenas 4% de apoio popular, o líder ucraniano rebateu, afirmando que Trump estava imerso na bolha russa de desinformação. De fato, essa alegação sobre a popularidade de Zelensky é uma das muitas narrativas falsas espalhadas pela propaganda russa na internet. Pesquisas independentes, como as

realizadas pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, apontam que, apesar da queda em sua popularidade, Zelensky ainda conta com o apoio de 57% da população ucraniana[1] – um índice superior à aprovação atual de Trump entre os norte-americanos[2].



A guinada de Trump na política externa americana foi drástica. O G7 tenta elaborar um documento sobre os três anos da invasão russa à Ucrânia, mas enfrenta impasses, pois os EUA vetaram o uso da expressão “agressão russa” ou qualquer menção que atribua responsabilidade pelo conflito a Moscou.

Tudo isso favorece a Rússia e fortalece Vladimir Putin em um momento crucial. A mudança de postura que Trump impõe à política externa dos EUA desorienta aliados históricos, especialmente os europeus, que repentinamente se veem isolados diante da ameaça russa. Além disso, essa guinada inaugura uma fase de incerteza que poderá impactar outros atores estratégicos, como Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Filipinas, que podem começar a questionar se terão dos EUA o mesmo apoio dispensado no passado. Os próximos meses e anos serão marcados por instabilidades e realinhamentos no cenário internacional, com o risco crescente de conflitos regionais e disputas de poder que poderão redefinir a ordem global.

[1] <https://www.bbc.com/news/articles/c9814k2jlxko>

[2]

<https://www.reuters.com/world/us/trumps-approval-rating-slips-americans-worry-about-economy-2025-02-19/>

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

Mil dias de guerra na Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



Na noite de 24 de fevereiro de 2022, a expectativa dos comandantes russos, do presidente Vladimir Putin e da maioria dos analistas militares era de que a invasão à Ucrânia seria resolvida em poucos dias. A previsão incluía a rápida capitulação das forças ucranianas e de sua liderança política, culminando em uma vitória acachapante da Rússia. Parecia impossível, ante ao desequilíbrio das forças militares, imaginar que a guerra se estendesse por muito tempo.

Hoje, mil dias depois, graças a uma surpreendente resistência inicial ucraniana, e a uma não menos surpreendente incompetência inicial das forças russas, bem como do socorro material prestado pelo Ocidente, que se organizou rapidamente após os primeiros dias do conflito, os combates prosseguem. Não sem ter cobrado um preço altíssimo, tanto das forças armadas e da sociedade ucraniana, quanto das forças invasoras.

A data de hoje marca, portanto, uma longa jornada de destruição e resistência, no maior conflito europeu desde a Segunda Guerra Mundial. A chegada do milésimo dia, entretanto

apresenta um cenário preocupante, com novos episódios que ampliam os riscos de escalada do conflito.

Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

PAULO FILHO

O primeiro desses acontecimentos foi a chegada de milhares de soldados norte-coreanos, enviados para reforçar as tropas russas. Essa movimentação marca uma perigosa internacionalização das forças em conflito, no que parece ser uma intensificação do esforço da Rússia de expulsar as tropas ucranianas que invadiram a região de Kursk.

O segundo episódio é a utilização, até aqui inédita, pela Ucrânia, dos mísseis americanos ATACAM (Army Tactical Missile Systems) para bombardear um depósito de munições na cidade de Bryansk, a cerca de 100 quilômetros da fronteira. O ataque ocorreu apenas dois dias após o presidente dos EUA, Joe Biden, modificar sua posição inicial e autorizar o uso de armas fabricadas nos EUA – como os mísseis ATACMS – contra alvos em território russo. Essa autorização era uma aspiração antiga dos ucranianos, negada por cerca de dois anos – justamente pelo temor das autoridades americanas de que levasse o conflito a uma escalada que pudesse envolver diretamente a OTAN na guerra.

O terceiro é a resposta russa, que consistiu na mudança de sua doutrina nuclear. A nova versão, publicada hoje, prevê que

ataques convencionais à Rússia, provenientes de países apoiados por potências nucleares, poderiam ser interpretados como ataques conjuntos e, portanto, poderiam ser respondidos com um contra-ataque nuclear. A nova orientação do documento foi delineada exatamente para o que acaba de acontecer: um ataque convencional ucraniano apoiado por uma potência nuclear, os EUA. Essa atualização aumenta o risco de uma escalada nuclear em resposta a ações que antes seriam tratadas apenas no âmbito dos conflitos convencionais

Isso não significa que seja plausível se imaginar que a Rússia vá usar uma bomba atômica contra um país da OTAN. Afinal, os russos sabem que estariam abrindo a Caixa de Pandora que poderia levar a um conflito nuclear de grandes proporções, o que implicaria na mútua destruição dos adversários.



Entretanto, abre uma janela para uma possibilidade muito preocupante: o uso de uma arma nuclear tática contra um alvo em território ucraniano. Os estrategistas russos poderiam partir da premissa de que o uso de uma bomba atômica contra um alvo em território ucraniano não provocaria uma reação nuclear da OTAN contra a Rússia, uma vez que não consistiria em um ataque direto a um país da Aliança. Essa premissa, bastante lógica, permitiria a conclusão de que o risco de uma “mútua destruição assegurada” resultante de um confronto entre

potências nucleares estaria afastada. Tal ataque estaria alinhado com a estratégia de escalar o conflito ao máximo para conseguir a imediata rendição do adversário, estratégia conhecida na doutrina russa como “escalar para desescalar”. Seria, entretanto, uma medida gravíssima e sem precedentes desde 1945, que causaria uma enorme instabilidade no Sistema Internacional.

Como se vê, mil dias após o início do conflito, não há sinais de resolução. Mas, um fato novo terá uma enorme repercussão para os acontecimentos que estão por vir na Ucrânia: a eleição de Donald Trump.

O próximo presidente dos EUA assumirá daqui a 8 semanas, no dia 20 de janeiro, e parece disposto a cumprir sua promessa de impor a paz na Ucrânia. Entretanto, sua única ferramenta para isso parece ser a completa retirada do apoio americano à Ucrânia, o que obrigaria Kiev, por absoluta falta de meios para manter um conflito de alta intensidade, a sentar-se à mesa para negociar sob condições bastante desvantajosas. Isso provavelmente implicaria em grande perda territorial e a uma mitigação de sua soberania, pois provavelmente o país teria que concordar com termos que impedissem sua entrada para a OTAN e que, no mínimo, atrasassem uma eventual adesão à União Europeia.

Tal decisão, se concretizada, colocaria a comunidade internacional diante do dilema de cancelar os resultados de uma guerra de conquista – um ato ilegal segundo o Direito Internacional. Seria a constatação da vigência, em pleno século 21, do descrito por Tucídides, há 2,5 mil anos, no famoso Diálogo Meliano: “Os fortes fazem o que podem, e os fracos sofrem o que devem”.

O efeito colateral de um acordo nesses termos será uma exacerbação das tensões e uma corrida dos fracos para se tornarem fortes. Assim, o eventual cessar dos canhões na Ucrânia por imposição de Trump pode não anunciar um novo

período de paz, mas apenas um breve interregno antes do surgimento de um novo conflito.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)



Primeiras impressões sobre o ataque israelense ao Irã

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026

Esperada há quase um mês, a resposta israelense ao ataque iraniano do dia 1º de outubro finalmente ocorreu. Abaixo, compartilho o que sei até agora, com algumas reflexões sobre o que pode estar por vir:

1. A força aérea de #Israel conduziu, na noite de ontem (horário de Brasília, madrugada em Teerã), um ataque ao Irã. Utilizando cerca de 100 aeronaves de combate, entre caças e drones armados, os ataques se concentraram em aproximadamente 20 alvos de natureza militar. Divididos em três levadas, os ataques tinham o claro objetivo de degradar as capacidades de defesa antiaérea do Irã, incluindo radares e baterias de mísseis e foguetes, além de locais de produção e estocagem de mísseis. A operação durou cerca de quatro horas, com as aeronaves percorrendo aproximadamente 2 mil quilômetros, o que

certamente exigiu reabastecimento em voo. Segundo fontes israelenses, todas as aeronaves retornaram às suas bases sem baixas.

2. Levará alguns dias para que se possa avaliar com mais precisão os efeitos dos ataques sobre os alvos. Nas próximas semanas, análises de imagens de satélite trarão essa resposta. Embora as autoridades iranianas estejam minimizando os impactos – uma estratégia que lhes permite evitar uma retaliação imediata – é possível que o ataque israelense tenha realmente comprometido capacidades críticas de defesa antiaérea do Irã, facilitando possíveis novos ataques no futuro.

3. As aeronaves israelenses utilizaram o espaço aéreo da #Siria e do #Iraque, também bombardeando sistemas de defesa antiaérea nesses países. No #Irã, os ataques atingiram bases militares em Teerã, bem como locais nas províncias de Ilam e Khuzistão. Foi um ataque limitado, aparentemente calibrado para permitir que o Irã encerre as rodadas de ataques mútuos.



Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

PAULO FILHO

The advertisement features a blue background with white and yellow text and graphics. It includes a photo of Paulo Filho speaking at a podium, a calendar icon, and a logo at the bottom.

4. O Irã, que informou que os ataques causaram duas baixas entre seus militares, enfrenta um dilema: se retaliar, sabe que o próximo ataque israelense poderá ser ainda mais intenso; se não o fizer, corre o risco de parecer fraco perante sua própria população e seus aliados, especialmente o Hezbollah, o Hamas e os Houthis.

5. Até agora, a resposta oficial do Irã veio por meio do Ministério das Relações Exteriores, que acusou Israel de aumentar as tensões na região, afirmando que Teerã tem “o direito e a obrigação de se defender contra atos de agressão

estrangeira”.

6. A decisão sobre os próximos rumos dos acontecimentos está nas mãos dos iranianos. Suas lideranças não desejam uma escalada maior com Israel, mas certamente há vozes influentes no país clamando por uma resposta mais enérgica, o que facilmente poderia desencadear um conflito regional. O Oriente Médio caminha na corda bamba.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)



A ação militar israelense contra o Irã à luz do pensamento de um velho general francês

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de abril de 2026



André Beaufre (1902–1975) foi um general e teórico militar francês, cujas formulações tiveram grande impacto sobre os estudos estratégicos do século XX, com grande influência, inclusive, sobre o pensamento estratégico do Exército Brasileiro. Formado na Escola Militar de Saint-Cyr, Beaufre participou de vários conflitos importantes, incluindo a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Indochina e a Guerra da Argélia. Sua carreira militar foi marcada por uma combinação de experiência prática no campo de batalha e reflexões teóricas profundas sobre o uso da força e a natureza da guerra.

Sua obra mais influente foi “Introdução à Estratégia”, de 1963. Nessa obra, Beaufre ultrapassa simples considerações acerca de forças militares ou sobre táticas de combate, para tratar do que ele considerava a finalidade da Estratégia, qual seja, atingir os objetivos fixados pela política, utilizando da melhor maneira os meios à disposição do Estado.



[Compre o livro *Introdução a Estratégia*, de André Beaufre](#)

Para Beaufre, o modelo estratégico a ser escolhido para o atingimento dos objetivos políticos dependia de alguns fatores essenciais: a liberdade de ação, as forças materiais, as forças morais, e o tempo disponível.

A Liberdade de Ação (K) diz respeito à capacidade do Estado de agir com independência estratégica, sem ser bloqueado ou limitado por fatores políticos, diplomáticos ou operacionais. Isso está ligado à capacidade de manobra, tanto militar, quanto política e diplomática.

As forças materiais (F) referem-se aos recursos tangíveis disponíveis para a execução da estratégia, como armamentos, infraestrutura militar, logística, mão de obra, entre outros.

Por sua vez, **as Forças Morais (Y)** são os fatores intangíveis que incluem a vontade, a motivação e a capacidade de uma nação ou de uma força militar em manter o esforço de guerra, mesmo em face de adversidades. Esses podem incluir a coesão nacional, a moral das tropas, a legitimidade de uma causa e a resiliência psicológica da população.

Finalmente, **o tempo disponível (T)** para a execução da estratégia deve ser confrontado com o necessário para o atingimento dos objetivos. O passar dos dias, das semanas, dos meses e dos anos pode causar mudanças significativas no cenário estratégico, criando urgências que interferem na escolha do modelo estratégico.

Os fatores acima podem ser, portanto, delineados em uma “Fórmula Geral da Estratégia”, na qual o impulso estratégico (S) é diretamente proporcional aos fatores liberdade de ação, forças materiais, forças morais e tempo disponível.

$$S = K.F.Y.T$$

Um impulso estratégico elevado favorece a adoção de um modelo estratégico que privilegie ações diretas, como o conflito violento. Um impulso estratégico menor, indica a adoção de

estratégias indiretas, na qual o essencial da decisão é obtido por outros meios à disposição do Estado, que não o meio militar, como os econômicos ou diplomáticos.

As ferramentas oferecidas por Beaufre ajudam a compreender as opções estratégicas adotadas pelo Estado de Israel na crise em andamento entre aquele país e o Irã. Vejamos cada um dos fatores.



Aperfeiçoe sua
EQUIPE

Conhecer a realidade geopolítica do mundo que nos cerca é fundamental para a tomada de decisões.

agende uma palestra

Contrate o Paulo Filho para falar com sua equipe.

PAULO FILHO

The advertisement features a blue background with white and yellow text and graphics. It includes a photo of Paulo Filho speaking at a podium, a calendar icon, and a logo for Paulo Filho at the bottom.

A liberdade de ação do governo israelense para atuar contra o Irã é alta. Ao se analisar o sistema internacional, observa-se que os países ou organismos internacionais que poderiam exercer alguma pressão que diminuísse tal liberdade de ação, por diferentes razões, não estão em condições de exercê-la. Os EUA, envoltos na acirrada campanha eleitoral do próximo mês e a Rússia, em guerra, não têm, no momento, o poder de influência/coerção que já tiveram no passado. A ONU, que está com seu Conselho de Segurança completamente paralisado, é incapaz de chegar a qualquer consenso que pudesse limitar as ações israelenses. Do ponto de vista interno, apesar de enfrentar uma oposição forte, no que concerne ao Irã, o governo tem total liberdade de executar suas estratégias conforme planejadas.

As forças de defesa de Israel possuem forças materiais, ou

seja, capacidades militares, suficientes para fazer face ao desafio imposto pelo Irã, contando com equipamentos modernos, uma força bem treinada e com larga experiência de combate. Além disso, sempre pode contar com o apoio norte-americano, especialmente para complementar sua defesa antiaérea e com preciosas informações de inteligência.

As forças morais, representadas pela coesão nacional em torno das decisões tomadas pelo governo israelense em relação à crise com o Irã talvez seja o aspecto mais controverso da análise. Sabidamente, o governo dirigido pelo Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu enfrenta uma forte oposição interna, que antecede à presente crise e se agrava em relação ao confronto com o Hamas, na Faixa de Gaza, em razão da incapacidade em resgatar os reféns que, um ano depois de terem sido sequestrados, continuam nas mãos dos terroristas. Entretanto, as espetaculares e muito exitosas ações contra a liderança do grupo Hezbollah, bem como o desejo de reagir ao ataque iraniano, que lançou cerca de 200 mísseis balísticos contra o território israelense, acabam por criar um quase consenso entre os israelenses de que chegou a hora de uma ação mais contundente contra o Irã. Além disso é sempre bom lembrar que, apesar das divisões, Israel historicamente é capaz de unir-se quando confrontado com ameaças externas, como é o caso atualmente.

O tempo disponível, último aspecto levantado por Beaufre, não é, atualmente, limitante para as ações israelenses contra o Irã. Entretanto, caso a crise se prolongue no tempo, certamente a pressão internacional pelo fim das hostilidades aumentará. Isso certamente poderá criar um sentimento de urgência que tende a aumentar o impulso estratégico israelense.



Assim, pode-se concluir que todos os aspectos levantados pelo general francês indicam que Israel tem um alto impulso estratégico para a resposta ao ataque iraniano. Isso pressupõe, conforme indica Beaufre, uma tendência pela opção de um modelo de ação que privilegie uma ação direta, com a utilização das ferramentas militares disponíveis, em um conflito de alta intensidade e, se possível, de curta duração.

À luz da teoria de Beaufre, Israel parece reunir todos os elementos para justificar uma ação direta e decisiva contra o Irã, uma vez que sua liberdade de ação, forças materiais, e tempo disponível estão claramente a seu favor. Embora existam tensões internas que possam impactar as forças morais, o desejo de responder aos recentes ataques pode gerar o consenso necessário para uma estratégia militar de curto prazo. Contudo, os desdobramentos diplomáticos e as pressões internacionais também terão um papel crucial na manutenção desse impulso estratégico caso o conflito perdure longo do tempo.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)



**Geopolítica com Paulo Filho
no Telegram!**